



Educação Legal

Este documento reúne, de forma organizada, as principais leis, portarias, decretos e normativas publicadas no mês. O objetivo é fornecer um panorama atualizado das alterações legislativas e regulamentares, facilitando a consulta e o acompanhamento das mudanças que impactam diretamente o setor.

Sumário



- 01. Atualizações Legislativas/ Atos Normativos e Decisões**
- 02. Notícias Educacionais**
- 03. Atuação MPMG**
- 04. Para conhecimento**
- 05. Guias para Atuação**
- 06. Informações Técnico-Jurídicas**
- 07. PGA e Metas do CNMP para a Educação**
- 08. Agenda**

Atualizações Normativas / Jurisprudência

PORTARIA MEC Nº 572, DE 25 DE JUNHO DE 2026

Dispõe sobre a distribuição e remanejamento de cargos de direção e funções gratificadas do Ministério da Educação para as Instituições Federais de Ensino - IFEs, integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPC.T.

**SAIBA
MAIS**



PORTARIA MEC Nº 589, DE 2 DE JULHO DE 2026

Estabelece os critérios para a filtragem de dados do Censo Escolar para identificação das escolas que ofertam as modalidades educacionais Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação do Campo, Educação Bilíngue de Surdos, Educação de Jovens e Adultos - EJA e Educação Especial.

**SAIBA
MAIS**



RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.035, DE 9 DE JULHO DE 2026

Altera e revoga itens da Portaria GM/MS n.º 321, de 26 de maio de 1988, que estabelece os requisitos gerais de projetos arquitetônicos para construção, instalação e funcionamento de creches, assim como fixa medidas de segurança para a criança que convive nesses ambientes, procurando proporcionar condições ideais para o seu crescimento e desenvolvimento.

**SAIBA
MAIS**



RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4, DE 14 DE JULHO DE 2026

Institui os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral.

**SAIBA
MAIS**



LEI Nº 15.421, DE 01 DE JUNHO DE 2026

Dispõe sobre as medidas relativas à realização da Copa do Mundo Feminina da Fédération Internationale de Football Association (FIFA) 2027 na República Federativa do Brasil e sobre a concessão de prêmio às jogadoras da Seleção Brasileira do 1988 FIFA Women's Invitation Tournament e da Copa do Mundo Feminina FIFA 1991.

**SAIBA
MAIS**



LEI Nº 15.459, DE 7 DE JULHO DE 2026

Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, para estabelecer a utilização do Símbolo Internacional de Acessibilidade.

**SAIBA
MAIS**



Atualizações Legislativas/ Atos Normativos e Decisões

LEI Nº 15.468, DE 13 DE JULHO DE 2026

Altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir educação política e direitos da cidadania como componente curricular obrigatório da educação básica.

SAIBA
MAIS



JURISPRUDÊNCIA - TJMG MANTÉM DECISÃO DO TCE E DETERMINA FIM DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES EM MINAS

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) decidiu, na tarde desta quinta-feira (9), por maioria de votos, manter a validade da decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG) que determina a descontinuidade das escolas cívico-militares da rede estadual a partir do atual ano letivo.

SAIBA
MAIS



JURISPRUDÊNCIA - STJ FIXA TESE SOBRE O CÁLCULO DO VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO (VMAA) PARA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEF

Para fins de complementação pela União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF (art. 60 do ADCT, redação da EC 14/96), o "valor mínimo anual por aluno" (VMAA), de que trata o art. 6º, § 1º da Lei 9.424/96, deve ser calculado levando em conta a média nacional (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - Tema n. 322).

SAIBA
MAIS



JURISPRUDÊNCIA - STJ FIXA TESE SOBRE A PRESCRIÇÃO DA COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DO VMAA AO FUNDEF/FUNDEB

O prazo prescricional da pretensão de cobrança de complementação de recursos relativos ao Valor Mínimo Anual por Aluno (VMAA), repassado ao FUNDEB/FUNDEF, deve ser apurado mês a mês, e não anualmente, por cuidar de hipótese de relação de trato sucessivo, que se renova mensalmente, não havendo falar de prescrição do próprio fundo de direito, mas apenas das parcelas relativas ao quinquênio que precedeu à propositura da ação (Tese julgada sob o rito do art. 1.036 do CPC/2015 - TEMA n. 1326).

SAIBA
MAIS



JURISPRUDÊNCIA- EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA N.32- 21 DE JULHO DE 2026

STJ define que a Súmula 383 não possui incidência automática nos casos de alteração unilateral de domicílio de filho menor, devendo prevalecer o melhor interesse da criança.

SAIBA
MAIS



NOVIDADE

MEC apresenta plataforma MEC Normas para facilitar o acesso à legislação educacional

MEC amplia acesso à legislação educacional com a plataforma MEC Normas. A iniciativa reúne, em um único ambiente, leis, decretos, portarias, resoluções, pareceres e demais atos normativos relacionados à educação, permitindo que gestores, professores, pesquisadores e demais profissionais da área consultem documentos oficiais de forma mais ágil e organizada.

A plataforma foi desenvolvida para centralizar normas educacionais publicadas por órgãos da administração pública federal, facilitando a pesquisa e reduzindo o tempo gasto na busca por informações distribuídas em diferentes bases oficiais. Entre os documentos disponíveis estão legislações federais, atos normativos do Ministério da Educação e demais instrumentos que orientam a execução das políticas educacionais no país.

Com mecanismos de busca por palavras-chave, filtros por assunto, tipo de norma e período de publicação, o MEC Normas permite que os usuários localizem rapidamente os documentos de interesse, oferecendo maior praticidade para consultas utilizadas na gestão escolar, na elaboração de pareceres, em pesquisas acadêmicas e na tomada de decisões administrativas.

A iniciativa também busca fortalecer a transparência e a segurança jurídica, ao disponibilizar conteúdos provenientes de fontes oficiais e constantemente atualizados. Dessa forma, profissionais da educação passam a contar com uma base confiável para acompanhar alterações na legislação, compreender a evolução das normas e consultar o histórico de atos relacionados ao sistema educacional brasileiro.



SAIBA MAIS

INSCRIÇÕES ABERTAS!

SEMINÁRIO

CONEXÃO EDUCAÇÃO

Direito, Gestão e Compromisso com o Presente

13 DE AGOSTO

8H30 ÀS 17H

17H ÀS 19H

PREMIAÇÃO CRESCER JUNTOS



Auditório do CREA

Av. Álvares Cabral, 1600,
Bairro Santo Agostinho – BH/MG



Público-alvo

Integrantes do MPMG,
e público externo



Defesa
da Educação



CLIQUE E SE INSCREVA

PROGRAMAÇÃO PÚBLICO GERAL

Fique ligado na nossa programação!



SAIBA MAIS

**CRESCER
JUNTOS**
CRECHES E
OPORTUNIDADES

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

PROGRAMAÇÃO PARA PÚBLICO INTERNO E PARA GESTORES

Fique ligado na nossa programação



SAIBA MAIS

PAINEL: FINANCIAMENTO

DRA. CRISTINA ANDRADE MELO
Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
Tema: Financiamento da educação: atuação do MPC e possibilidade de atuação sinérgica com o MPMG

PRESIDENTE DE MESA: DRA. SOPHIA SOUSA DE MESQUITA DAVID
Promotora de Justiça e Promotora de Justiça e Coordenadora da CREDECA SUL DE MINAS (SM/MPMG)

ESTUDO DE CASO: ATUAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA NA ESCOLA

DR. RENATO FERREIRA
Promotor de Justiça (MPMG)
Estudo de Caso 1
Tema: Atuação sobre violência na escola

DRA. ANA PAULA LOURENÇO DE PAULA
Promotora de Justiça (MPMG)
Debatedora

PRESIDENTE DE MESA: DRA. FERNANDA FIORATI
Promotora de Justiça e Coordenadora da CREDECA TRIÂNGULO MINERO (TM/MPMG)

ESTUDO DE CASO DESAFIADOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

DRA. FLÁVIA DE ARAÚJO RESENDE
Promotora de Justiça (MPMG)
Estudo de Caso 2
Tema: Casos desafiadores de Educação Inclusiva - Articulação em rede

SIMONE MÁXIMO
PEDAGOGA DO CAEDUC MPMG
Debatedora

PRESIDENTE DE MESA: DRA. GRACIELE DE REZENDE ALMEIDA
Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça das Crianças e dos Adolescentes (CAODCA/MPMG)

PAINEL PARA GESTORES MUNICIPAIS

PEDRO AZEVEDO
TCE-MG
Tema: Planejamento orçamentário para financiamento da Educação

PRESIDENTE DE MESA: DRA. URSULA OLIVEIRA
Promotora de Justiça e Promotora de Justiça e Coordenadora da CREDECA Vale do Jequitinhonha e Mucuri (CREDECA-VJM/MPMG)

PAINEL PARA GESTORES MUNICIPAIS

José Mauricio
Instituto Articule
Tema: Expansão qualificada de vagas em creche

PRESIDENTE DE MESA: DRA. MAYRA CONCEIÇÃO SILVA
Promotora de Justiça e Coordenadora da CREDECA da Zona da Mata (CREDECA-ZM/MPMG)

Melhoria na
ferramenta
disponível para os
Promotores de
Justiça



**PANORAMA
EDUCAÇÃO**

**13 DE AGOSTO: NOVA FASE
PANORAMA EDUCAÇÃO.**

▶ **MAIS DADOS:**

▶ **ACESSO PARA
A SOCIEDADE
EM GERAL**



• Lançamento da Nova Fase do Panorama Educação

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

**13 DE AGOSTO: NOVA IA DA
EDUCAÇÃO DO MP INTELIGENTE**

 **MPinteligente**

▶ **A IA DA EDUCAÇÃO:**

▶ **INTEGRADA AO
MP INTELIGENTE**

FERRAMENTA INOVADORA PARA ANÁLISE DE DADOS

• Lançamento da IA da Educação no MP Inteligente

Inovação a serviço
dos Promotores de
Justiça



SAIBA MAIS

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

Notícias de interesse da Educação

Proibição de celular nas escolas é um sucesso

Medida conta com apoio de pais, professores e tem melhorado desempenho dos alunos.

**SAIBA
MAIS**



MPMG aciona Justiça para garantir transparência em avaliações da educação inclusiva em Minas Gerais

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ajuizou Ação Civil Pública com pedido de tutela de urgência contra o Estado de Minas Gerais para assegurar que famílias de alunos da educação especial tenham acesso integral às avaliações, pareceres e documentos que fundamentam decisões relativas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), à concessão de professores de apoio e a outros serviços voltados à inclusão escolar.

**SAIBA
MAIS**



Portaria implementa centros de formação em educação especial

Normativo institui 27 centros, um em cada unidade da Federação, para apoiar a qualificação de professores e demais profissionais da educação, considerando as necessidades das redes públicas de ensino.

**SAIBA
MAIS**



Pnad Educação: estudos analisam acesso à Educação Infantil e desafios para conclusão do Ensino Médio

Publicações aprofundam dados divulgados pelo IBGE e destacam avanços, desigualdades e desafios para garantir o direito à educação ao longo da trajetória escolar.

**SAIBA
MAIS**



MEC lança Guia para identificação e declaração do público da Educação Especial no Censo Escolar

Orientações para as redes de ensino sobre procedimentos educacionais de identificação e registro de estudantes público da educação especial.

**SAIBA
MAIS**



TCU lança painel inédito sobre acompanhamento da execução de emendas

O painel permite identificar municípios beneficiados, autores e fornecedores que receberam recursos oriundos de emendas parlamentares.

**SAIBA
MAIS**



Notícias de interesse da Educação

MEC lança novos materiais do Programa Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade

Os materiais estão disponíveis gratuitamente e representam mais um passo na consolidação de uma política pública nacional voltada à formação cidadã dos estudantes brasileiros.

**SAIBA
MAIS**



MEC lança Protocolos de Identificação e Resposta ao Racismo

O Protocolo de Identificação e Resposta ao Racismo na Educação Infantil é um guia prático do Ministério da Educação (MEC) criado para ajudar creches e escolas a reconhecer, registrar e enfrentar atos de discriminação racial entre crianças de zero a cinco anos.

**SAIBA
MAIS**



Lei inclui educação política e cidadania no currículo da educação básica

Conteúdos sobre educação política e direitos da cidadania passarão a integrar o currículo obrigatório da educação básica de todo o país. A inclusão dos temas é determinada em lei sancionada sem vetos pelo Poder Executivo e publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (14).

**SAIBA
MAIS**



MEC disponibiliza os Cadernos Pedagógicos da PNEEI

Os 14 Cadernos Pedagógicos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) voltaram a ficar disponíveis no portal do MEC. A coleção reúne orientações para fortalecer práticas pedagógicas inclusivas e apoiar as redes de ensino na implementação da política de educação especial inclusiva.

**SAIBA
MAIS**



MEC Livros amplia acesso gratuito à leitura digital

O MEC Livros, biblioteca digital do Ministério da Educação, reúne milhares de obras literárias nacionais e internacionais disponíveis gratuitamente para estudantes, professores e toda a população. A plataforma oferece acesso a clássicos da literatura, títulos contemporâneos e obras em domínio público, fortalecendo o incentivo à leitura e à democratização do conhecimento.

**SAIBA
MAIS**



PNE 2026- 2036

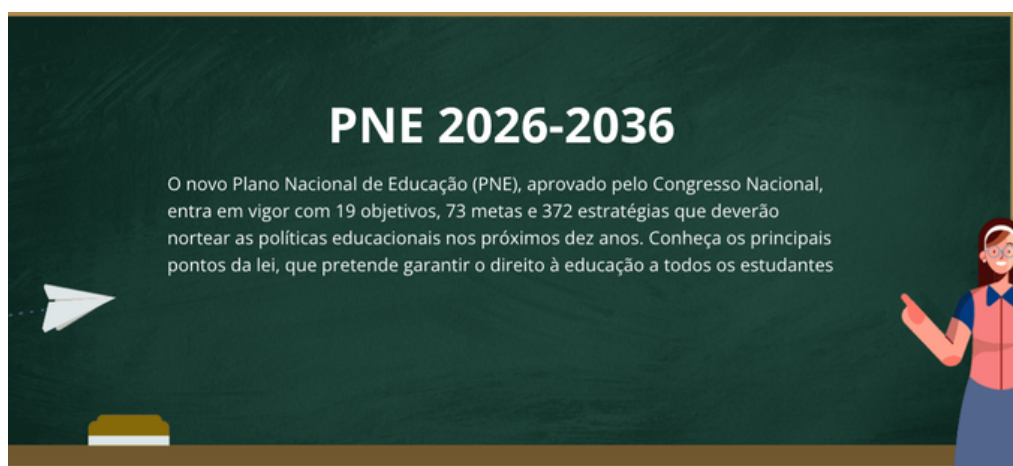


Novo Plano Nacional de Educação 2026 a 2036 entra em vigor com 19 objetivos e amplia metas para a próxima década

O novo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional, estabelece as diretrizes que irão orientar as políticas públicas educacionais pelos próximos dez anos. A nova lei reúne 19 objetos, com foco na ampliação do acesso à educação, na melhoria da qualidade do ensino, na redução das desigualdades e na valorização dos profissionais da educação.

Entre as prioridades do novo PNE estão a expansão da educação em tempo integral, o fortalecimento da alfabetização na idade adequada, a melhoria da aprendizagem na educação básica, a ampliação da educação profissional e tecnológica, além do incentivo à formação inicial e continuada dos docentes. O plano também prevê o monitoramento periódico das metas e o alinhamento das políticas educacionais entre União, estados e municípios.

O PNE servirá como referência para a elaboração e atualização dos planos estaduais e municipais de educação, orientando investimentos, programas e ações voltadas ao fortalecimento do sistema educacional brasileiro até 2036. A implementação das metas será acompanhada periodicamente, permitindo a avaliação dos resultados e a adoção de medidas para garantir o cumprimento dos objetivos estabelecidos.



SAIBA MAIS

PROJETOS E AÇÕES

das Promotorias de Defesa da Educação



Audiência pública debate ampliação de vagas em creches e fortalecimento da educação infantil em Carlos Chagas

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio da Promotoria de Justiça de Carlos Chagas, realizou, no dia 6 de julho, audiência pública para discutir a ausência de uma política pública efetiva para a educação infantil no município do Vale do Mucuri, especialmente quanto à oferta de vagas em creches para crianças de zero a três anos. O evento ocorreu na Câmara Municipal e reuniu representantes dos poderes Executivo e Legislativo, conselhos de direitos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e moradores do município.

A iniciativa teve como objetivo subsidiar o Inquérito Civil nº 04.16.0137.0374349.2026-93, instaurado para apurar o déficit de vagas na educação infantil, discutir medidas para ampliar o atendimento em creches e buscar alternativas para eliminar a lista de espera existente no município.

Durante a audiência, a promotora de Justiça Sheila de Novais Oliveira apresentou um panorama da educação infantil em Carlos Chagas e destacou a importância de investimentos no setor para ampliar o acesso das crianças à educação e adequar o município às exigências legais. Segundo ela, o fortalecimento da política pública para a primeira infância também contribui para evitar a judicialização de demandas relacionadas ao direito à educação.

O secretário municipal de Educação, Deodato Gomes Costa, afirmou que a ampliação das vagas na educação infantil é um desafio enfrentado em diversas regiões do país. Ele informou que o município avalia medidas para ampliar o atendimento, entre elas a possibilidade de utilização de espaços escolares e parcerias com instituições locais.

Representantes da Câmara Municipal manifestaram apoio à busca de soluções para o problema e ressaltaram os impactos da falta de vagas na rotina das famílias, especialmente das mães que dependem do serviço para ingressar ou permanecer no mercado de trabalho.

Também participaram dos debates integrantes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e representantes de entidades da sociedade civil. Entre as contribuições apresentadas, foi destacada a existência de demanda reprimida por vagas em creches e a necessidade de planejamento e articulação entre os diversos setores envolvidos na garantia dos direitos da criança.

Ao final da audiência, a promotora de Justiça informou que o MPMG dará continuidade às ações já em andamento, acompanhando o inquérito civil e o cumprimento das recomendações expedidas ao município, com o objetivo de promover a ampliação das vagas em creches e reduzir a lista de espera. A promotora ressaltou ainda a importância da participação popular na construção de políticas públicas capazes de assegurar o direito à educação infantil e à proteção integral das crianças.



SAIBA MAIS

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

LANÇAMENTO

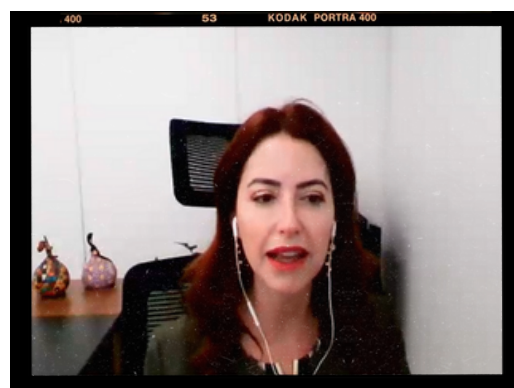


MPMG e MPBA lançam projeto 'Chama o Vaar', voltado ao fortalecimento da educação básica no Brasil

Nesta terça-feira, 21 de julho, os Ministérios Públicos de Minas Gerais (MPMG) e da Bahia (MPBA) lançaram o projeto "Chama o Vaar", voltado ao fortalecimento da educação básica no Brasil. O projeto foi desenvolvido, em parceria, pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (Caoeduc/MPMG) e pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc/MPBA).

A iniciativa foi lançada, de forma on-line, durante reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJG), com a participação de cerca de 400 pessoas, entre membros do Ministério Público e gestores municipais de educação de todo o país.

O presidente do CNPJG e procurador-geral de Justiça da Bahia, Pedro Maia Marques, fez a abertura, que também contou com a manifestação do procurador-geral de Justiça de Alagoas, Lean Ferreira Araújo, ressaltando a relevância do projeto para uma mudança significativa e redução da desigualdade na educação. Os promotores de Justiça Adriano Freire de Carvalho Marques, coordenador do Ceduc/MPBA, e Giselle Ribeiro de Oliveira, coordenadora do Caoeduc/MPMG, conduziram a apresentação do projeto, que tem como objetivo aprimorar a fiscalização e o cumprimento das condicionalidades do Valor Aluno Ano Resultado (Vaar), previsto no novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).



SAIBA MAIS

BI - Projeto “Chama o VAAR”

Acompanhamento das Condicionalidades da Complementação VAAR/Fundeb

Solução de inteligência e suporte para acompanhar o cenário dos municípios no VAAR, diagnosticar condicionalidades pendentes e disponibilizar sugestões para a atuação ministerial.

MPMG e MPBA lançam BI “Chama o VAAR” para fortalecer o monitoramento da educação básica

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o Ministério Público da Bahia (MPBA) lançaram o BI Chama o VAAR, um painel interativo desenvolvido para ampliar o acompanhamento dos indicadores relacionados à educação básica e apoiar a atuação dos gestores públicos e órgãos de controle.

A ferramenta reúne informações estratégicas sobre as condicionalidades do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR), permitindo a visualização de dados de forma dinâmica e intuitiva. O painel disponibiliza indicadores organizados por estados e municípios, facilitando o monitoramento do cumprimento dos critérios estabelecidos para o recebimento dos recursos complementares do Fundeb.

Com recursos de Business Intelligence (BI), a plataforma possibilita consultas rápidas, aplicação de filtros e análise de informações essenciais para o planejamento, a fiscalização e a tomada de decisões. A iniciativa busca fortalecer a transparência, promover o uso de evidências na gestão educacional e contribuir para a melhoria contínua das políticas públicas voltadas à educação básica. O BI Chama o VAAR foi desenvolvido para apoiar membros do Ministério Público, gestores, técnicos e demais profissionais da educação, oferecendo uma base de dados consolidada que permite identificar desafios, acompanhar a evolução dos indicadores e subsidiar ações voltadas ao fortalecimento da qualidade da educação pública.

A expectativa é que a ferramenta contribua para uma gestão mais eficiente dos recursos educacionais, ampliando o acesso a informações confiáveis e facilitando o acompanhamento das metas relacionadas ao VAAR em todo o país.



SAIBA MAIS



EVENTOS



CAOEDUC participa da instalação do Gaepe-Minas e da assinatura do Pacto Interinstitucional pela Educação em Minas Gerais

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (CAOEDUC) participou, no dia 10 de julho de 2026, da solenidade de instalação do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Minas Gerais (Gaepe-Minas), realizada na sede do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), em Belo Horizonte.

A iniciativa, promovida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) e pelo Instituto Articule, marcou também a assinatura do Pacto Interinstitucional pela Educação em Minas Gerais, instrumento que formaliza o compromisso das instituições participantes com o fortalecimento da cooperação e da governança na implementação das políticas públicas educacionais no estado.

Idealizado pelo Instituto Articule, em cooperação com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio de seu Comitê Técnico da Educação, o Gaepe tem como objetivo estabelecer uma governança horizontal, multissetorial e multinível, reunindo órgãos públicos, instituições de controle, sistema de justiça, gestores educacionais, universidades e organizações da sociedade civil para o enfrentamento conjunto dos principais desafios da educação.

Em Minas Gerais, o Gaepe-Minas foi criado como um espaço permanente de diálogo, articulação e construção de soluções compartilhadas, considerando as diferentes realidades educacionais dos municípios mineiros e buscando fortalecer a efetividade das políticas públicas voltadas ao acesso, à permanência, à equidade e à qualidade da educação.



SAIBA MAIS

PARA CONHECIMENTO

Indicação de cursos e eventos na área da educação que podem auxiliar os Promotores de Justiça e servidores do MPMG na aquisição de conhecimentos úteis para o desempenho das funções relativas à curadoria.



Cursos na Área de Educação

Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial Inclusiva

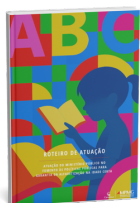
O curso foi desenvolvido no formato autoinstrucional para ser ofertado à distância, via ambiente virtual de aprendizagem. A modalidade de ensino a distância privilegia a autonomia do cursista uma vez que ele é o responsável por estabelecer a sua própria rotina de estudos, podendo realizar o curso a qualquer hora e em qualquer local, desde que tenha acesso à internet. Portanto, deve ficar atento quanto à organização e a gestão do tempo, definindo o próprio ritmo de estudos.



SAIBA MAIS

GUIAS PARA ATUAÇÃO

Material produzido pelo CAOEDUC para auxiliar as Promotorias de Justiça na instrução de procedimentos e solução de demandas



Alfabetização na Idade Certa

[LEIA AQUI](#)



TDAH

[LEIA AQUI](#)



Segurança em Estabelecimentos de Ensino

[LEIA AQUI](#)



Sede de Aprender - Saneamento Básico em Escolas- (ATUALIZADO em 2026)

[LEIA AQUI](#)



Crescer Juntos: creches e oportunidades

[LEIA AQUI](#)



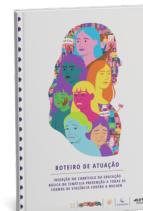
Escolas Cívico-Militares

[LEIA AQUI](#)



História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

[LEIA AQUI](#)



Educação na Prevenção a Todas as Formas de Violência Contra a Mulher

[LEIA AQUI](#)



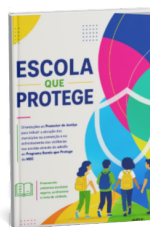
Evasão Escolar

[LEIA AQUI](#)



VAAR (NOVIDADE)

[LEIA AQUI](#)

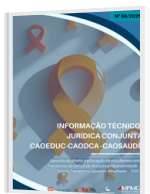


Guia Prático: Escola que Protege

[LEIA AQUI](#)

INFORMAÇÕES TÉCNICO-JURÍDICAS

Material produzido pelo CAOEDUC para contribuir com o conhecimento sobre matérias específicas na área da educação



TDAH e TOD

[LEIA AQUI](#)



Transtornos de
Aprendizagem

[LEIA AQUI](#)



Educação Laica

[LEIA AQUI](#)



Uso de Aparelhos
Eletrônicos Portáteis

[LEIA AQUI](#)



TEA

[LEIA AQUI](#)



Evasão Escolar

[LEIA AQUI](#)



Financiamento da
Educação

[LEIA AQUI](#)

Agenda do Mês



Principais compromissos do CAOEDUC de interesse Institucional ou apoio às Promotorias de Justiça no mês

REUNIÃO ABRADE

CAOEDUC/MPMG realiza reunião com ABRADE para alinhamento sobre greve dos professores e reposição das aulas.

REUNIÃO UNCME

CAOEDUC/MPMG realiza reunião com UNCME para apresentação Projeto Alerta Lilás Educação

REUNIÃO CEE

CAOEDUC/MPMG realiza reunião com CEE para alinhamento sobre o acompanhamento do Processo de Regulamentação da Educação Básica em tempo integral.

REUNIÃO SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA - XAKRIABÁ

CAOEDUC/MPMG realiza reunião com SECADI/MEC para tratativas sobre a Educação Indígena.

REUNIÃO CREDCAS

CAOEDUC/MPMG realiza reunião com as CREDCAS para alinhamento.

REUNIÃO SEE CORTE ETÁRIO

CAOEDUC/MPMG realiza reunião com SEE- MG para tratativas tratar da possibilidade de definir estratégias jurídicas para as situações de descumprimento do corte etário para matrícula na rede estadual de ensino.

REUNIÃO NAE

CAOEDUC/MPMG participa audiência pública sobre Núcleos de Apoio aos Estudantes na rede estadual de ensino.